

# **IDENTIFICACAO: CAMARA MUNICIPAL DE VIANA**

**EXERCICIO: 2025**

## **DECLARACAO DO CHEFE DO PODER – COPIA DE LEIS E NORMAS**

---

### **LEI Nº 3.437, DE 23 DE JANEIRO DE 2025**

ALTERA A LEI Nº 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA DA CAMARA MUNICIPAL DE VIANA E A LEI Nº 3.370, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA , Estado do Espirito Santo, faco saber que a Camara Municipal decretou e eu sanciono, na forma do art. 60, inciso IV da Lei Org anica do Municipio de Viana a seguinte Lei:

“Art.1º.....

Paragrafo unico. A estrutura geral dos cargos de provimento em comissao ligados a Mesa Diretoras ao os seguintes:

- I - Diretor-Geral;
- II - Secretario Administrativo;
- III - Secretario de Finan cas e Contabilidade;
- IV - Secretario de Recursos Humanos;
- V - Secretario de Servi cos, Compras e Contratos;
- VI - Secretario de Tecnologia da Informacao ;
- VII - Secretario Legislativo;
- VIII - Ouvidor Geral Parlamentar;
- IX - Assessor Juridico-Legislativo nivel I;
- X - Assessor Juridico-Legislativo nivel II;
- XI - Coordenador de area;
- XII - Encarregado de area nivel I;
- XIII - Encarregado de area nivel II;
- XIV - Encarregado de area nivel III;
- XV - Coordenador de Cerimônias e Eventos Oficiais;
- XVI - Encarregado de apoio legislativo.” (NR)

Art.2º O Paragrafo unico do art. 4º da Lei nº 3.198, de 04 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redacao :

“ Art. 4º Fica mantida na Camara Municipal de Viana a destinacao de recursos para custear os vencimentos do cargo de provimento em comissao de Assessor de Gabinete Parlamentar, com os respectivos padrões de vencimento constantes no seu Anexo I.

Paragrafo unico. O titular do gabinete podera dispor dos cargos criados nesta Lei da forma que lhe convier, respeitado o limite maximo no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

Art.3º O anexo I da Lei nº 3.198, de 04 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a inclus ao das atribuicoes dos cargos de Coordenador de Cerimonial, Encarregado de Apoio Legislativo e Encarregado de area nivel III, e a inclus ao da formacao escolar para os exercicio dos cargos de Coordenador de Area, Encarregado de Area Nivel I, Encarregado de Area Nivel II,

Assessor Juridico-Legislativo Nivel I e Assessor Juridico-Legislativo Nivel II, conforme redacao constante no anexo I desta Lei.

Art.4º Os anexos II, III, IV e VI da Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, que tratam dos vencimentos e padr ao remuneratorio dos cargos administrativos vinculados a Mesa Diretora, do padr ao de vencimento dos assessores de gabinete parlamentar e dos valores faz funcoes gratificadas, respectivamente, passam a vigorar a seguinte redacao constante no anexo II desta Lei.

Art. 5º Fica revogado o art. 3º da Lei nº 3.323, de 29 de setembro de 2023, com a extincao do cargo de Procurador-Geral, previsto no art. 1º, § 2º, inciso XI, da Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, bem como das atribuicoes relacionadas ao cargo.

Art. 6º Fica criada a Cota para o Exercicio de Atividade Parlamentar (CEAP), destinada a custear gastos exclusivamente vinculados ao exercicio da atividade parlamentar.

Paragrafo unico O procedimento para sua solicitacao , utilizacao e prestacao de contas, sera regulamentado pela Camara Municipal de Viana por meio de Resolucao Administrativa.

Art.7º A CEAP tera o valor maximo mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Parlamentar.

§ 1º O valor da cota previsto no Caput podera ser revisto anualmente, por meio de Resolucao Administrativa, de modo a garantir sua atualizacao em face da inflacao e das demais oscilacoes econômicas, preservando sua adequacao ao contexto financeiro vigente.

§ 2º Antes do primeiro pagamento da cota, devera ser criado e disponibilizado, pela Camara Municipal de Viana, um portal eletrônico específico ou aba propria no site oficial da instituicao , para acompanhamento e prestacao de contas das despesas realizadas, contendo, no minimo, os seguintes campos para consulta publica:

- I - filtro por nome do Parlamentar;
- II- periodo da despesa;
- III - tipo de despesa;
- IV - valor gasto por categoria

Art. 8º Fica alterado o anexo III, da Lei nº 3.370, de 28 de dezembro de 2023, para ampliar o numero de vagas para o cargo de Assessor Administrativo Legislativo de 11 (onze) para 13 (treze), mantendo-se inalterada a demais redacao do referido anexo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicacao .

§ 1º Os efeitos financeiros decorrentes da majoracao de recursos para custear os vencimentos do cargo de provimento em comissao de Assessor de Gabinete Parlamentar, prevista no art. 2º, somente sera aplicada a partir de 1º de fevereiro de 2025.

§ 2º Os efeitos financeiros decorrentes da criacao da CEAP, prevista nos arts. 6º e 7º, somente serao aplicados a partir de 1º de maio de 2025.

Viana/ES, 23 de Janeiro de 2025.

**WANDERSON BORGHARDT BUENO**  
**Prefeito Municipal de Viana**

---

## **LEI Nº 3.445, DE 10 DE ABRIL DE 2025**

REVOGA A LEI Nº 3.093, DE 29 DE JUNHO DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espirito Santo, faco saber que a Camara Municipal decretou e eu sanciono, na forma do art. 60, inciso IV da Lei Organica do Municipio de Viana a seguinte Lei:

Art.1º Fica revogada a Lei nº 3.093, de 29 de junho de 2020, que cria a estrutura organizacional da Camara Municipal de Viana e estabelece suas atribuicoes e competencias.

Art. 2º Fica alterado o anexo I da Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, para inserir as atribuicoes do cargo de Assessor de Gabinete Parlamentar, com a seguinte redacao .

### **CARGO: ASSESSOR DE GABINETE PARLAMENTAR**

Area: Legislativa

Responde: ao Vereador

Descricao sumaria das funcoes do cargo:

Descricao detalhada: Prestar suporte integral ao Vereador, atuando na assessoria tecnica, legislativa e administrativa.

I - Assistir e auxiliar no planejamento, orientacao , acompanhamento, controle e coordenacao das atividades legislativas e sociais desenvolvidas pelo Gabinete;

II - Analisar processos e documentos, elaborando manifestacoes, pareceres e despachos que subsidiem as atividades do Gabinete;

III - Apoiar os vereadores na elaboracao de projetos de lei, decretos legislativos, resolucoes, requerimentos, indicacoes, mocoes, votos e demais proposicoes previstas no Regimento Interno, bem como na gestao de correspondencias;

IV - Supervisionar as atividades dos gabinetes, assegurando o cumprimento das diretrizes institucionais e a eficiencia dos servi cos prestados;

V - Organizar e manter servi cos de estudos e elaboracao de documentos relacionados a materia legislativa e aos interesses do parlamentar;

VI - Promover o assessoramento tecnico legislativo e administrativo aos vereadores, orientando-os quanto a conformidade legal e constitucional dos temas em analise;

VII - Orientar os vereadores sobre a legalidade e constitucionalidade das materias submetidas ao seu exame;

VIII - Acompanhar o Vereador em reuniões, eventos, audiencias publicas e demais atividades inerentes ao exercicio da verean ca;

IX - Realizar atendimento ao Prefeito, a outras autoridades e ao publico em geral, facilitando a comunicacao institucional;

X - Monitorar os trabalhos das comissões técnicas e do Plenário, bem como acompanhar processos e procedimentos junto aos órgãos públicos relacionados ao mandato;

XI - Desempenhar outras atividades correlatas, conforme orientações do Gabinete, que contribuam para a melhoria contínua dos serviços legislativos e administrativos.

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação .

Viana/ES, 10 de abril de 2025.

**WANDERSON BORGHARDT BUENO**  
**Prefeito Municipal de Viana**

---

### **LEI Nº 3.478, DE 28 DE AGOSTO DE 2025**

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIANA-ES.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono, na forma do art. 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

Art.1º Fica concedido, a título de revisão geral anual, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, recomposição remuneratória no percentual de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) sobre os salários, vencimentos e subsídios dos servidores públicos ativos do Município de Viana-ES.

§ 1º O percentual estabelecido no caput aplica-se, ainda:

I - aos proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social que tenham direito a paridade, nos termos do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

II - aos servidores inativos e pensionistas sem direito a paridade, observada a legislação específica que rege sua atualização .

§2º A revisão geral anual de que trata o caput será estendida aos servidores ocupantes de cargos em comissão do Poder Legislativo Municipal, desde que não tenham recebido o reajuste previsto na Lei nº 3.437, de 23 de janeiro de 2025.

Art.2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas, se necessário, conforme a legislação aplicável.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação , retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2025.

Viana - ES, 28 de agosto de 2025.

**WANDERSON BORGHARDT BUENO**

**LEI Nº 3.503, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025**

**INSTITUI O BENEFICIO “VALE-ARTESANATO” A SER CONCEDIDO AOS SERVIDORES ATIVOS DA CAMARA MUNICIPAL DE VIANA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA , Estado do Espirito Santo, faco saber que a Camara Municipal decretou e eu sanciono, na forma do art. 60, inciso IV da Lei Org anica do Municipio de Viana a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituido, no ambito do Poder Legislativo Municipal, o beneficio Vale-Artesanato, destinado aos servidores publicos da Camara Municipal de Viana, efetivos, contratados por designacao temporaria, comissionados, estagiarios e cedidos com ônus,desde que em efetivo exercicio do cargo.

§ 1º O beneficio previsto no caput tem natureza indenizatoria, n ao se incorporando a remuneracao do servidor e n ao configurando base de incidencia previdenciaria ou tributaria.

§ 2º O servidor que acumular legalmente cargo ou funcao publica fara jus a uma unica cota mensal do Vale-Artesanato.

§ 3º Constatado pagamento indevido, a regularizacao devera ocorrer no mes subsequente, podendo o valor ser descontado em folha.

§ 4º O Vale-Artesanato podera ser utilizado exclusivamente para aquisicao de produtos artesanais produzidos por artes aos de Viana, entendidos como aqueles formalmente vinculados a Casa do Artesanato de Viana, devidamente cadastrados para exposicao no referido espa co cultural e habilitados a emissao de Nota Fiscal ou Nota Fiscal Eletrônica,conforme a legislacao municipal.

Art.2º N ao fara jus ao beneficio o servidor afastado do cargo ou funcao nos seguintes casos:

- I - licen ca n ao remunerada para tratar de interesse particular;
- II - afastamento para atividade politico-partidaria;
- III - licen ca para exercicio em outro ente publico por cess ao ou permuta;
- IV - afastamento para cumprimento de penalidade disciplinar;
- V - afastamento preventivo em processo administrativo disciplinar;
- VI - afastamento para cumprimento de pena privativa de liberdade.

Art.3º O Vale-Artesanato n ao se estende a aposentados e pensionistas.

Art.4º A concess ao do Vale-Artesanato observara o limite maximo anual de R\$ 200,00 (duzentos reais) por beneficiario.

§ 1º A concess ao ocorrera, preferencialmente, por ocasi ao de data comemorativa definida pelo Poder Legislativo, oportunidade em que sera divulgado o valor a ser concedido, por meio de Resolucao Administrativa, observado o limite previsto no caput.

§ 2º Os estagiarios far ao jus ao Vale-Artesanato no valor correspondente a metade daquele destinado aos servidores, conforme disciplinado na Resolucao Administrativa.

Art.5º A distribuicao sera realizada conforme cronograma elaborado pela Secretaria de Recursos Humanos, que ficara responsavel pela entrega dos tickets, carnes ou outro instrumento similar, mediante assinatura do servidor.

Art.6º Compete ao artes ao credenciado e ao servidor assegurar a integridade do vale, podendo ser recusado em caso de rasuras ou suspeita de adulteracao .

Art.7º O vale tera validade dentro do periodo de competencia indicado nos tickets, sendo vedada a utilizacao em periodo posteriores.

Art. 8º O artes ao interessado devera realizar cadastro na Secretaria de Contabilidade e Financas da Camara Municipal de Viana, apresentando:

I - Documento de Identidade e CPF;

II - Comprovante de residencia no Municipio de Viana;

III - Certidao de inscricao municipal ou comprovacao de aptidao para emissao de Nota Fiscal;

IV - Declaracao emitida pela Casa do Artesanato de Viana, atestando sua vinculacao como expositor habilitado.

Art.9º O credenciamento permanecera valido por 01 (um) ano.

Art.10. O artes ao credenciado devera garantir a emissao de troco quando necessario.

Art. 11. O procedimento de pagamento aos artesaos credenciados sera regulamentado por Resolucao Administrativa.

Art.12. O artes ao que descumprir esta Lei estara sujeito as penalidades de advertencia e multa, conforme normas fixadas em Resolucao Administrativa.

Art 13. As despesas decorrentes da execucao desta Lei correr ao por conta de dotacao orcamentaria propria, podendo ser suplementada se necessario.

Art.14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicacao.

Viana - ES, 04 de dezembro de 2025.

**WANDERSON BORGHARDT BUENO**  
**Prefeito Municipal de Viana**